Mercado segurador e Prefeitura de São Paulo unem forças para prevenir perdas bilionárias com enchentes e inundações

Parceria com a Prefeitura busca fortalecer prevenção, adaptação climática, resiliência urbana e proteção financeira diante do aumento dos riscos climáticos

- A cidade de São Paulo pode registrar perdas estimadas em R$ 2,9 bilhões em ativos e residências em um cenário extremo de inundação semelhante, em magnitude, ao desastre climático que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024. O dado integra o estudo *Avaliação de impactos climáticos no município de São Paulo*, apresentado em 12 de junho durante evento promovido pelo Sindicato das Seguradoras de São Paulo (Sindseg SP).
- Durante o encontro, o Sindseg SP anunciou uma parceria com a Prefeitura de São Paulo que permitirá ao município utilizar dados, modelagens e análises produzidas pelo mercado segurador para apoiar ações de prevenção, adaptação climática e planejamento urbano. A iniciativa busca ampliar a capacidade da cidade de antecipar riscos associados a enchentes, inundações e outros eventos climáticos extremos.
- O estudo foi elaborado pelas consultorias Guy Carpenter e Oliver Wyman, com apoio do setor segurador, e oferece uma visão detalhada da exposição climática da maior cidade do país.



O que a parceria entre o mercado segurador e a Prefeitura de São Paulo pretende fazer?

A parceria tem como objetivo utilizar a experiência do mercado segurador na identificação, mensuração e modelagem de riscos para apoiar a formulação de políticas públicas e investimentos voltados à resiliência urbana.

Na prática, a iniciativa permitirá que a administração municipal utilize informações acumuladas pelo setor para compreender melhor a exposição da cidade a diferentes ameaças climáticas, identificar áreas prioritárias para intervenção e orientar decisões relacionadas a infraestrutura, drenagem, mobilidade, habitação e serviços essenciais.

A proposta reflete uma mudança importante na forma de lidar com desastres climáticos. Em vez de concentrar esforços apenas na reconstrução após os eventos, a estratégia busca fortalecer a prevenção e reduzir perdas antes que elas aconteçam.

Por que enchentes e inundações preocupam tanto São Paulo?

Segundo a pesquisa, a inundação fluvial concentra cerca de 76% dos riscos classificados como alto, muito alto ou extremo entre os perigos avaliados para a capital paulista. A análise também conclui que inundação e alagamento são os eventos com maior potencial de impacto sobre a cidade.

Em uma metrópole densamente urbanizada, os efeitos de uma inundação vão muito além dos danos físicos a imóveis. Um único evento severo pode interromper a mobilidade urbana, comprometer serviços de saúde, afetar escolas, reduzir a atividade econômica e atingir de forma mais intensa populações vulneráveis.

O estudo mostra que, em áreas classificadas como de risco alto, muito alto ou extremo para inundação fluvial, estão localizados:

- 103,6 mil alunos;
- 102,8 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- 22,4 mil vagas de assistência social;
- 1,3 mil leitos hospitalares;
- 32 estações de trem e metrô.

Esses números ajudam a dimensionar como um evento climático pode se transformar simultaneamente em um problema econômico, social, operacional e urbano.

Como o estudo avaliou os riscos climáticos da capital?

A pesquisa analisou a exposição de São Paulo a cinco grandes ameaças climáticas:

1. Inundação fluvial;
2. Inundação pluvial;
3. Incêndio florestal;
4. Granizo;
5. Vendaval.

Para isso, a cidade foi dividida em grids de 1 km², permitindo uma leitura territorial detalhada dos riscos e de seus potenciais impactos. A metodologia cruza informações climáticas com cinco pilares estratégicos:

- Infraestrutura social;
- Atividade econômica;
- Mobilidade;
- Vulnerabilidade social;
- Serviços urbanos.

Em vez de observar apenas onde a água pode chegar, o estudo procura identificar quais atividades, serviços e populações podem ser afetados quando um evento extremo ocorre.

Quantos ativos estão expostos aos riscos climáticos?

A modelagem probabilística indica que aproximadamente 3,3 milhões de residências e 379 mil estabelecimentos comerciais e industriais estão potencialmente expostos a eventos de inundação e alagamento na capital paulista. Juntos, esses ativos representam mais de R$ 1,5 trilhão em valor exposto.

O estudo também estima diferentes cenários de perda conforme a intensidade do evento:

Cenário	Perdas estimadas
1 em 20 anos	Risco moderado
1 em 100 anos	R$ 2,935 bilhões
1 em 250 anos	R$ 4,354 bilhões
1 em 500 anos	R$ 5,763 bilhões

Entre as subprefeituras com maior exposição aparecem Sé, Pinheiros, Lapa, Butantã, Mooca, Vila Mariana, Ipiranga, Santo Amaro, Vila Prudente e Penha.

O risco climático é também um risco econômico?

Sim. Um dos pontos centrais da pesquisa é mostrar que os impactos climáticos produzem efeitos em cadeia sobre diferentes sistemas urbanos.

Além das perdas patrimoniais, o estudo estima que interrupções em áreas comerciais e industriais podem provocar impacto de aproximadamente R$ 1,1 milhão por dia na arrecadação de ICMS e ISS.

Uma inundação de grande magnitude pode afetar simultaneamente:

- Comércio;
- Indústria;
- Transporte;
- Hospitais;
- Escolas;
- Equipamentos públicos;
- Assistência social;
- Infraestrutura energética;
- Arrecadação tributária.

Quando múltiplos sistemas são afetados ao mesmo tempo, o risco deixa de ser apenas operacional e passa a ser sistêmico.

Qual é o papel do seguro na adaptação climática?

Durante o evento, o presidente do Conselho Diretor da CNseg, Roberto Santos, destacou a baixa proteção financeira existente no país para riscos climáticos.

Segundo ele, apenas 1% das residências brasileiras possuem cobertura para alagamento e inundação, enquanto os gastos públicos destinados à recuperação de desastres continuam crescendo.

O dado evidencia uma das principais lacunas de proteção do país: a distância entre a exposição aos eventos extremos e a capacidade financeira disponível para absorver as perdas.

Nesse contexto, o seguro deixa de ser visto apenas como um produto financeiro e passa a integrar a infraestrutura de resiliência das cidades. Ao acelerar a recuperação econômica, recompor ativos e reduzir a pressão sobre recursos públicos, os mecanismos de proteção financeira podem contribuir para diminuir os impactos sociais e econômicos dos desastres.

Como a modelagem catastrófica ajuda a prevenir perdas?

A modelagem catastrófica é uma ferramenta que combina dados meteorológicos, hidrológicos, geográficos, econômicos e sociais para transformar riscos climáticos em cenários mensuráveis.

Segundo o estudo, esse tipo de análise permite:

- Identificar concentrações de risco;
- Estimar frequência e severidade de eventos;
- Apoiar a precificação de seguros;
- Melhorar a gestão de portfólios;
- Avaliar necessidades de capital;
- Orientar investimentos públicos em adaptação climática.

Globalmente, o mercado de seguros e resseguros paga cerca de US$ 100 bilhões por ano em perdas associadas a catástrofes, enquanto mais de 50% dos prêmios globais de resseguro estão relacionados a coberturas catastróficas.

Quais são as principais recomendações do estudo?

A pesquisa identifica cinco frentes prioritárias para fortalecer a resiliência climática da capital paulista:

1. Priorizar intervenções em áreas de maior vulnerabilidade;
2. Garantir a resiliência de infraestruturas críticas;
3. Reduzir riscos em cadeia associados à interrupção de serviços essenciais;
4. Reforçar a infraestrutura de drenagem urbana;
5. Desenvolver mecanismos de seguros e proteção financeira.

A análise sugere que adaptação climática depende da integração entre planejamento urbano, infraestrutura, dados, regulação, prevenção e mecanismos de transferência de risco.

Resiliência climática exige cooperação entre setor público e mercado segurador

Representando a Prefeitura de São Paulo, o secretário municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Marcos Monteiro, afirmou que a parceria ajudará a orientar ações voltadas à redução dos impactos dos eventos climáticos na cidade. A procuradora do município, Tatiana Robles Seferjan, também participou do encontro.

A iniciativa reforça uma tendência observada em diferentes países: a adaptação climática depende cada vez mais da cooperação entre governos, setor segurador, especialistas em risco, reguladores e instituições responsáveis pelo planejamento urbano.

O estudo mostra que os riscos climáticos em São Paulo não são apenas desafios meteorológicos. Eles afetam moradias, infraestrutura, mobilidade, atividade econômica, serviços públicos e populações vulneráveis. Por isso, compreender esses riscos, medir sua exposição e construir mecanismos de proteção financeira torna-se parte essencial da preparação das cidades para um cenário de eventos extremos mais frequentes e severos.

Leia ainda:

. **São Paulo entra no mapa das catástrofes climáticas com risco bilionário por alagamentos e inundações**

Gap de proteção de seguros preocupa perante formação de novo El Niño

As chuvas intensas esperadas no Sul, em virtude do El Niño, também servirão para testar o déficit de proteção securitária no Estado. No evento de 2024, as perdas econômicas causadas pelas enxurradas ultrapassaram R$ 100 bilhões, cabendo ao mercado segurador arcar com cerca de R$ 6 bilhões dos prejuízos totais. “Esse dinheiro representou muito mais do que reposição de bens: foi a diferença entre recomeçar e não conseguir”, afirma Ederson Daronco, presidente do SindsegRS.

Ainda assim, ele reconhece que o mercado precisa aprimorar sua comunicação com as pessoas. “A

linguagem do seguro continua distante do cotidiano de quem mais precisaria estar protegido. A leitura de uma apólice segue complicada. As crises já demonstraram o quanto o seguro importa, mas a realidade não se modificou. O seguro precisa chegar antes da catástrofe, não depois", assinala.

Diante de um cenário de nova formação de El Niño, contexto que corrobora a ocorrência de eventos meteorológicos semelhantes aos que resultaram nas enchentes de 2023 e 2024, Ederson Daronco afirma que o fortalecimento da cultura do seguro não é apenas uma opção, "é necessário para o contínuo desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O futuro climático que nos espera não dá margem para improviso".

O que dizem os números do mercado segurador?

Dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) mostram que a arrecadação no Rio Grande do Sul totalizou R$ 7,3 bilhões (excluindo saúde) no acumulado até março de 2026, com queda de 0,5% em relação ao mesmo período de 2025. Considerando os dados acumulados no ano, o Estado responde por 7% do *market share* de seguros, previdência e capitalização.

Em 2024, ano das enchentes no Estado, as indenizações, os benefícios, os resgates e os sorteios anuais totalizaram R$ 13,1 bilhões, alta de 136,3% em relação a 2023. A arrecadação no Estado foi de R$ 31,1 bilhões, com avanço de 5,7% sobre o ano imediatamente anterior.

No ano passado, foram arrecadados R$ 29,3 bilhões, o que representa queda de 6% no RS, ao passo que os repasses das seguradoras aos clientes por sinistros, benefícios, resgates e sorteios somaram R$ 9,8 bilhões, queda de 25,6%.

Em 2025, a retração no Rio Grande do Sul foi puxada pela desaceleração em duas carteiras relevantes — previdência e seguro rural. Esse recuo, aliás, ganhou escala nacional.

No caso da previdência, a cobrança de IOF afastou os consumidores gaúchos; no Seguro Rural, o bloqueio de R$ 445,1 milhões do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em 2025 — um corte de cerca de 42% do valor inicialmente previsto — também afetou o acesso à proteção das lavouras no estado.

A arrecadação do VGBL, plano afetado pela incidência do IOF, recuou 24% no estado, fechando o ano com receita de R$ 9,1 bilhões. No seguro rural, a arrecadação caiu 8,5% na variação anual, totalizando R$ 2 bilhões.

Ainda assim, o comportamento dos gaúchos indica que os cuidados com a prevenção não foram relaxados. Prova disso é a alta de 3,2% na arrecadação dos seguros de Danos e Responsabilidade, que chegou a R$ 9,9 bilhões. Modalidades voltadas à proteção de bens e patrimônios, como automóvel e residência, estão entre os produtos dessa linha.

O seguro de automóvel gerou receitas de R$ 4,3 bilhões, com alta de 5,5% no ano. Já o seguro residencial somou R$ 637,6 milhões, com crescimento de 9,7%.

Apesar da expansão de quase 10%, o presidente do Sindicato dos Corretores do Rio Grande do Sul (Sincor-RS), André Thozeski, avalia que o desempenho do seguro residencial poderia ser ainda maior com a ampliação das coberturas básicas, especialmente para eventos como alagamentos, enchentes e inundações.

Segundo ele, a percepção de consumidores e corretores é de que riscos capazes de comprometer integralmente o patrimônio das famílias deveriam ser contemplados de forma plena nas coberturas básicas. "Consumidores e corretores continuam esperando que as seguradoras precifiquem e incluam, na cobertura básica — que já cobre incêndio, explosão, queda de raio, entre outros —, as coberturas para alagamento, enchente e inundação. Os produtos ofertados não atendem à necessidade de proteção demandada pela sociedade."

Para o Sincor-RS, há espaço para que o setor segurador amplie sua contribuição na proteção patrimonial, especialmente diante do aumento da frequência de eventos climáticos severos no país.

São Paulo entra no mapa das catástrofes climáticas com risco bilionário por alagamentos e inundações

Pesquisa da Guy Carpenter e da Oliver Wyman para o Sindseg SP mostra que a capital paulista combina alta exposição a alagamentos e inundações com riscos em cadeia sobre moradias, comércio, transporte, saúde, educação, arrecadação pública e população vulnerável

- São Paulo está exposta a riscos climáticos com potencial catastrófico. Um estudo realizado pela Guy Carpenter e pela Oliver Wyman para o Sindseg SP, apresentado em 12 de junho, em São Paulo, indica que, em um cenário extremo de alagamento e inundação, as perdas na capital paulista podem chegar a R$ 2,9 bilhões em ativos e residências.
- O levantamento mostra que eventos climáticos extremos já não podem ser tratados apenas como episódios isolados ou transtornos urbanos recorrentes. Em uma cidade onde moradia, transporte, serviços públicos, hospitais, escolas, comércio, infraestrutura e arrecadação funcionam de forma interdependente, alagamentos e inundações representam um risco sistêmico, capaz de afetar simultaneamente a vida da população, a atividade econômica e a capacidade de resposta da cidade.

O cenário considerado pela pesquisa tem período de retorno de 100 anos e é equivalente, em magnitude, ao evento registrado no Rio Grande do Sul em 2024, segundo a análise da Guy Carpenter. Além das perdas materiais estimadas em R$ 2,9 bilhões, o estudo aponta impacto de R$ 1,1 milhão por dia em tributos de ICMS e ISS em caso de interrupção de atividades em zonas comerciais e industriais.

- A dimensão social do risco também chama atenção. De acordo com o levantamento, uma em cada dez pessoas que vivem em habitações vulneráveis está exposta a risco alto ou superior quando considerados os principais perigos climáticos analisados. Em áreas classificadas como de risco alto, muito alto ou extremo para inundação fluvial, estão localizados 103,6 mil alunos, 102,8 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social, 22,4 mil vagas de assistência social, 1,3 mil leitos hospitalares e 32 estações de trem e metrô.

O que o estudo sobre riscos climáticos em São Paulo avaliou?

A pesquisa avaliou a exposição da capital paulista aos principais riscos climáticos físicos. Entre os riscos analisados estão inundação fluvial, inundação pluvial, incêndio florestal, granizo e vendaval. O objetivo foi identificar como esses eventos podem afetar ativos, pessoas, serviços essenciais, infraestrutura urbana e atividade econômica.

Mais do que apontar áreas sujeitas a enchentes, o estudo propõe uma leitura integrada da cidade. Para isso, São Paulo foi dividida em grids de 1 km², permitindo uma visão territorial detalhada dos riscos e de seus possíveis impactos. Essa abordagem ajuda a identificar onde os riscos climáticos se concentram e como eles se cruzam com diferentes dimensões da vida urbana.

A análise cruza os riscos climáticos com cinco pilares estratégicos: infraestrutura social, atividade econômica, mobilidade, vulnerabilidade social e serviços urbanos. Com isso, o estudo não mede apenas a possibilidade de alagamento ou inundação, mas também os efeitos potenciais desses eventos sobre escolas, hospitais, transporte público, comércio, arrecadação, população vulnerável e infraestrutura crítica.

Por que alagamentos e inundações são os principais riscos climáticos para São Paulo?

Entre os riscos analisados, a inundação fluvial aparece como o principal fator de exposição. Ela

concentra cerca de 76% dos riscos classificados como alto, muito alto ou extremo. A apresentação também aponta que os riscos mais impactantes para a cidade são os de inundação e alagamento, enquanto a exposição a vendaval é baixa e a de granizo, moderada.

Essa concentração torna alagamentos e inundações uma prioridade para a gestão de riscos urbanos. Em uma metrópole como São Paulo, a ocorrência de eventos extremos não afeta apenas imóveis ou ruas alagadas. Uma inundação severa pode interromper deslocamentos, comprometer atendimentos de saúde, afetar aulas, reduzir a atividade econômica, pressionar serviços públicos e atingir com mais força territórios socialmente vulneráveis.

O estudo mostra que o risco climático urbano não se distribui de forma homogênea. Algumas regiões concentram maior exposição econômica; outras, maior vulnerabilidade social; e outras combinam infraestrutura crítica, mobilidade e serviços essenciais. Por isso, a modelagem territorial em grids de 1 km² ajuda a transformar o risco climático em informação útil para planejamento, prevenção, seguros e políticas públicas.

Quais áreas e serviços podem ser afetados por eventos extremos?

A pesquisa organiza a cidade em cinco pilares estratégicos. No pilar de infraestrutura social, considera escolas, alunos, hospitais, leitos e áreas verdes. No de atividade econômica, observa zonas comerciais e industriais, CNPJs e impacto potencial sobre tributos. Em mobilidade, entram rodovias, terminais de ônibus, corredores de ônibus, estações de trem e metrô e aeródromos públicos.

A vulnerabilidade social é analisada a partir de assentamentos informais, favelas, habitações sociais, população estimada e centros de apoio à assistência social. Já em serviços urbanos, a pesquisa inclui infraestruturas da administração pública e torres de alta tensão.

Esse desenho mostra que o risco climático urbano não afeta apenas imóveis, individualmente segurados ou não segurados. Ele pode atingir sistemas inteiros da cidade. Quando um evento extremo afeta transporte, saúde, educação, comércio e serviços públicos ao mesmo tempo, o dano direto é apenas uma parte do problema.

Em áreas de risco alto, muito alto ou extremo para inundação fluvial, o estudo identificou 103,6 mil alunos, 102,8 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social, 22,4 mil vagas de assistência social, 1,3 mil leitos hospitalares e 32 estações de trem e metrô. Esses números evidenciam como o risco climático pode se transformar em risco social, econômico e operacional.

Como a pesquisa diferencia prioridade econômica e prioridade social?

Um dos pontos mais relevantes do estudo é a possibilidade de diferentes leituras de prioridade. Em uma visão geral, os cinco pilares estratégicos recebem o mesmo peso. Em outro recorte, o eixo econômico ganha peso maior, permitindo identificar áreas onde uma inundação poderia produzir impacto mais relevante sobre comércio, indústria e arrecadação. Em um terceiro recorte, o foco recai sobre a vulnerabilidade social, destacando regiões onde a exposição climática se soma a fragilidades habitacionais e sociais.

Essa distinção é importante porque mostra que a resposta ao risco climático depende da pergunta feita. Uma política pública voltada à proteção de infraestrutura crítica pode apontar prioridades diferentes de uma estratégia focada em reduzir perdas econômicas ou proteger populações vulneráveis.

Da mesma forma, o setor segurador pode usar esse tipo de informação para compreender melhor concentrações de risco, desenhar soluções de proteção financeira, avaliar exposição territorial e dialogar com governos sobre prevenção, adaptação e resiliência.

Em vez de tratar São Paulo como uma única área de risco, a pesquisa mostra que a cidade precisa

ser observada em diferentes camadas. A prioridade pode mudar conforme o objetivo seja preservar serviços essenciais, reduzir perdas econômicas, proteger populações vulneráveis ou evitar interrupções em ativos sistêmicos.

Qual é o valor exposto a alagamentos e inundações na cidade de São Paulo?

A modelagem probabilística de alagamento e inundação indica que aproximadamente 3,3 milhões de residências e 379 mil estabelecimentos comerciais e industriais estão potencialmente expostos, representando mais de R$ 1,5 trilhão em ativos.

O estudo também apresenta estimativas por período de retorno, com cenários de 1 em 20, 1 em 100, 1 em 250 e 1 em 500 anos. Essa abordagem permite avaliar como as perdas podem crescer conforme a severidade do evento.

No cenário de 1 em 100 anos, as perdas estimadas para o município de São Paulo chegam a R$ 2,935 bilhões. Em eventos ainda mais severos, os valores aumentam de forma significativa: R$ 4,354 bilhões em um cenário de 1 em 250 anos e R$ 5,763 bilhões em um cenário de 1 em 500 anos.

A pesquisa também identifica subprefeituras com maior exposição estimada, como Sé, Pinheiros, Lapa, Butantã, Mooca, Vila Mariana, Ipiranga, Santo Amaro, Vila Prudente e Penha. A identificação dessas áreas permite orientar discussões sobre drenagem urbana, infraestrutura crítica, prevenção, proteção financeira e planejamento territorial.

Por que a modelagem catastrófica é importante para o mercado segurador?

Para o mercado segurador e ressegurador, a modelagem catastrófica é uma ferramenta essencial para compreender riscos extremos. Ao combinar informações hidrológicas, meteorológicas, geográficas, históricas, econômicas e de vulnerabilidade, os modelos ajudam a transformar um risco aparentemente difuso em cenários mensuráveis.

Esse tipo de análise é relevante para precificação, subscrição, provisão de capital, desenho de coberturas, gestão de portfólios, avaliação de concentração de riscos e planejamento de respostas a eventos extremos. Também pode apoiar governos e reguladores na definição de prioridades para adaptação climática e proteção financeira.

A apresentação lembra que, globalmente, o mercado de seguros e resseguros paga cerca de US$ 100 bilhões por ano em catástrofes e que mais de 50% do prêmio global de resseguro é direcionado a coberturas catastróficas. Também destaca que a modelagem tem ganhado espaço em demandas regulatórias relacionadas a reservas e capital em países da América Latina, como México, Colômbia, Chile e Peru.

No Brasil, a intensificação dos eventos climáticos extremos torna essa discussão mais urgente. A tragédia no Rio Grande do Sul em 2024 evidenciou que catástrofes climáticas podem provocar perdas humanas, sociais, econômicas e fiscais de grande escala. A pesquisa sobre São Paulo mostra que grandes centros urbanos também precisam se preparar para cenários de interrupção sistêmica, especialmente quando os riscos climáticos se combinam com alta densidade populacional, infraestrutura complexa e desigualdade territorial.

Como eventos climáticos extremos afetam a economia no longo prazo?

Outro ponto relevante do estudo é a atenção aos impactos econômicos de longo prazo. Desastres de grande magnitude não geram apenas gastos imediatos de reconstrução. Eles podem comprometer consumo, investimento, produtividade, arrecadação e crescimento econômico.

Quando famílias, empresas e governos precisam direcionar recursos próprios para recompor ativos perdidos, parte dos investimentos futuros é substituída por gastos emergenciais. Isso pode reduzir

poupança, adiar projetos, pressionar orçamentos públicos e enfraquecer a capacidade de recuperação econômica.

Experiências internacionais citadas no estudo indicam que economias com maior acesso a mecanismos de proteção financeira e seguros tendem a apresentar recuperação mais rápida e menor impacto econômico de longo prazo. A lógica é que a indenização e outros instrumentos de transferência de risco ajudam a recompor ativos, preservar consumo, manter investimentos e reduzir a pressão sobre recursos públicos.

Nesse contexto, o seguro aparece como parte da infraestrutura de resiliência. Mecanismos de proteção financeira bem estruturados podem acelerar a recuperação, reduzir a pressão sobre o orçamento público, preservar poupança, sustentar a atividade econômica e diminuir os efeitos indiretos dos desastres.

A função do seguro, portanto, vai além da indenização individual. Em cenários de eventos climáticos extremos, ele pode operar como instrumento de estabilidade econômica e social, especialmente quando articulado a políticas públicas, planejamento urbano, investimentos em drenagem, prevenção e adaptação climática.

Quais são as recomendações do estudo para São Paulo?

O estudo aponta cinco frentes estratégicas para orientar ações futuras: priorizar intervenções em áreas de alta vulnerabilidade, assegurar a resiliência de infraestruturas críticas à população, evitar riscos em cadeia provocados pela interrupção de ativos sistêmicos, reforçar a infraestrutura de drenagem urbana e estruturar mecanismos de seguros e coberturas.

Essas recomendações indicam que adaptação climática não depende apenas de obras, nem apenas de seguros. Exige integração entre planejamento urbano, dados, prevenção, infraestrutura, regulação, gestão de riscos e proteção financeira.

Para uma cidade como São Paulo, esse tipo de abordagem é essencial para que a resposta aos eventos extremos seja menos reativa e mais preventiva. A identificação de áreas prioritárias permite orientar investimentos, fortalecer serviços essenciais, reduzir impactos sobre populações vulneráveis e construir mecanismos de recuperação mais rápidos e sustentáveis.

Ao trazer a discussão para o ambiente do setor segurador, o estudo também amplia o papel do mercado na agenda climática. Seguradoras, resseguradoras, corretores, especialistas em risco, gestores públicos e reguladores têm condições de contribuir não apenas na reparação de danos, mas também na identificação de vulnerabilidades, na construção de modelos de financiamento e na disseminação de uma cultura de prevenção.

O que o estudo revela sobre o futuro do seguro diante das mudanças climáticas?

A mensagem central da pesquisa é clara: São Paulo já está exposta a riscos climáticos com potencial catastrófico. Conhecer esses riscos em detalhe é o primeiro passo para reduzir perdas, proteger populações vulneráveis, preservar serviços essenciais e preparar a cidade para um futuro em que eventos extremos tendem a pressionar cada vez mais a infraestrutura urbana e os mecanismos tradicionais de proteção.

Para o setor de seguros, o estudo reforça uma mudança de perspectiva. O debate climático não se limita mais à pergunta sobre quem paga a conta depois do desastre. A questão passa a ser como medir, prevenir, distribuir e financiar riscos antes que eles se convertam em perdas bilionárias para a sociedade.

Em uma metrópole como São Paulo, alagamentos e inundações não são apenas eventos meteorológicos ou problemas de drenagem. São riscos urbanos, econômicos, sociais e seguradores. Por isso, a construção de resiliência climática exige dados, modelagem, cooperação institucional,

investimento público, soluções privadas e mecanismos de proteção financeira capazes de responder à nova escala dos desastres.

A pesquisa mostra que o seguro pode ocupar um papel estratégico nessa agenda. Ao transformar risco em informação, cobertura e capacidade de recuperação, o setor segurador pode contribuir para que cidades, empresas e famílias estejam mais preparadas para enfrentar eventos extremos. Em um cenário de mudanças climáticas, essa capacidade de antecipação tende a ser tão importante quanto a resposta depois da perda.

Leia ainda

. **Mercado segurador e Prefeitura de São Paulo unem forças para prevenir perdas bilionárias com enchentes e inundações**

. **Do risco ao planejamento: como seguros, ciência e municípios estão moldando a resiliência climática**

. **Dados climáticos e cooperação são essenciais para ampliar a proteção contra catástrofes**

. **Brasil enfrenta lacuna de proteção de 93% para catástrofes naturais, aponta estudo da Susep**

. **Brasil despreparado? Como as cidades enfrentam eventos extremos**

A semana no ‘Notícias do Seguro’: Copa do Mundo, Seguro Rural e Educação Financeira em destaque

Copa do Mundo mobiliza torcedores e reforça importância da proteção financeira

A proximidade da Copa do Mundo já movimenta milhões de brasileiros. Bares, festas e arenas públicas começam a organizar transmissões coletivas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Brasília, Goiânia, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis.

Mas, além da celebração, especialistas alertam para cuidados com segurança pessoal e patrimonial durante eventos com grande concentração de público.

Segundo Emerson Del Re, vice-presidente da Comissão de Seguros Gerais e Afinidades da FenSeg, momentos de descontração costumam aumentar a exposição a furtos, perdas e danos.

“Em clima de festa e euforia, é natural a gente relaxar a atenção e é justamente aí que aumentam os riscos de furto, perda ou danos a bens pessoais.”

Ele lembra que o celular concentra hoje boa parte da vida financeira e digital das pessoas.

“Hoje o celular concentra praticamente a nossa vida inteira: comunicação, trabalho, banco, documentos e fotos.”

Além dos seguros para smartphones, existem soluções voltadas para bolsas, mochilas, objetos pessoais e até transações via Pix.

“O seguro para celular já é uma solução bastante consolidada e pode incluir cobertura para roubo, furto e danos acidentais, conforme o produto contratado.”

Conexão Brasília: CNseg e UNICEF lançam projeto de educação financeira

A CNseg e o UNICEF lançaram uma iniciativa voltada à educação financeira e à preparação de jovens para o mercado de trabalho.

O projeto pretende ampliar o acesso a conteúdos de educação financeira, planejamento e proteção econômica, alcançando milhares de estudantes em diferentes regiões do país.

Segundo André Nunes, diretor de Assuntos Corporativos da CNseg, a proposta está integrada a programas já desenvolvidos pelo UNICEF.

“A participação da CNseg nesse projeto aproveitou o sucesso e a abrangência de dois grandes projetos educacionais conduzidos pelo UNICEF.”

O objetivo é apoiar a formação de estudantes e fortalecer a autonomia financeira dos jovens.

“Estamos apoiando a capacitação de milhares de professores, os quais formarão outros milhares de jovens, especialmente aqueles que estão reconstruindo suas trajetórias escolares e de vida.”

A iniciativa pretende alcançar cerca de 39 mil estudantes do ensino fundamental e médio em sete estados brasileiros e no Distrito Federal.

Você sabia? Até a grama dos estádios pode contar com proteção do seguro

Com o aquecimento das atividades ligadas ao futebol, cresce também a demanda por transporte de materiais utilizados em arenas esportivas.

Uma das modalidades disponíveis é o Seguro de Transporte Intermodal de Cargas, que protege mercadorias transportadas por diferentes meios, como caminhões, embarcações e aeronaves.

A cobertura pode ser utilizada para diversos tipos de produtos, incluindo materiais destinados à manutenção de estádios e centros esportivos.

Brasil e Portugal discutem expansão do Seguro Rural

As mudanças climáticas têm ampliado o debate sobre mecanismos de proteção ao agronegócio.

Durante encontro realizado em Lisboa, especialistas defenderam maior integração entre Seguro Rural, crédito agrícola e políticas públicas.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou que o principal risco das operações de crédito rural continua sendo o risco climático.

“O risco maior da operação de crédito agrícola é o risco climático.”

Para ele, ainda existe uma contradição entre a importância desse risco e o baixo nível de exigência de proteção nas operações.

“É curioso e espantoso que o financiador não se atente para isso e não peça do cliente dele que tenha uma cobertura para esse risco.”

Dyogo também comparou a situação ao mercado imobiliário brasileiro.

“No mercado imobiliário brasileiro, há décadas o seguro de danos ao imóvel e de morte e invalidez do mutuário são obrigatórios.”

Tá na rede! Decisão do STF reacende debate sobre planejamento para aposentadoria

Uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal movimentou as redes sociais ao invalidar a

exigência de idade mínima para determinadas modalidades de aposentadoria especial.

O tema reacendeu discussões sobre previdência, planejamento financeiro e renda futura.

Durante o debate, especialistas reforçaram a importância de construir reservas financeiras de longo prazo e buscar alternativas para complementar a renda na aposentadoria.

Entre as opções mais citadas está a previdência privada, que pode funcionar como complemento à aposentadoria oficial.

Também ganharam destaque soluções voltadas à proteção da renda diante de imprevistos, como seguros de vida com cobertura para doenças graves e invalidez.

A principal mensagem compartilhada nas redes foi clara: independentemente das mudanças nas regras previdenciárias, o planejamento de longo prazo continua sendo essencial para garantir segurança financeira no futuro.

Fonte: CNseg, em 12.06.2026